

# **INDÚSTRIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: sistematizando o debate no Brasil**

Wallace Marcelino Pereira \*  
Silvio A. F. Cario\*\*

Sessões Ordinárias:  
ÁREA TRABALHO, INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

## **RESUMO:**

A indústria de transformação é considerada o motor do crescimento, com reflexo sobre o desenvolvimento econômico dos países. Entretanto, desde meados da década de 80 o Brasil vem apresentando perda de participação da indústria no PIB, o que vem fomentado um intenso debate sobre a possível existência de desindustrialização no país. Desde então, conformaram-se perspectivas bem definidas, mas pouco exploradas sobre as causas e as estratégias a serem adotadas para reverter essa trajetória de perda de importância da indústria na geração da riqueza nacional. O objetivo deste artigo é sistematizar o pensamento sobre a desindustrialização no Brasil a partir de Escolas de Pensamento, e evidenciar os avanços e as limitações nas interpretações desse comportamento da indústria nacional. O levantamento da literatura apontou a existência de quatro Escolas de Pensamento: Escola de Campinas cuja abordagem é Cepalina-Estruturalista, Escola da FGV-SP baseada na Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, Escola da PUC-RJ/Casa das Garças de fundamentação Ortodoxia Econômica e Escola da UFRGS cujas bases estão fundadas na concepção Histórico-Institucionalista-Shumpeteriana. Conclui-se que o processo de desindustrialização gerou uma matriz de pensamento capaz de entender o problema da indústria nacional em várias dimensões, cujas propostas de solução para a reversão da desindustrialização fornecem um leque de opções rico em termos de política econômica.

## **1. Introdução**

A indústria de transformação é considerada o motor do crescimento, com reflexo sobre o desenvolvimento econômico dos países, por meio de seus retornos crescentes de escala, pela influência positiva sobre a taxa de produtividade da economia além de promover uma série de transformações estruturais capaz de superar a condição do subdesenvolvimento (KALDOR, 1966; THIRWALL, 2002; FURTADO, 1961). Entretanto, no plano internacional, por volta da década de 70 os países desenvolvidos começaram a apresentar queda sistemática da participação da indústria na

---

\*Doutorando em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia – CEDEPLAR - da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: wallacemp2000@yahoo.com.br

\*\* Professor dos Cursos de Graduação em Economia e Relações Internacionais e dos Programas de Pós-Graduação em Economia e de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: [fecario@yahoo.com.br](mailto:fecario@yahoo.com.br)

composição do PIB. Diante desse comportamento, somente a partir da divulgação do relatório da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD, 2003) deu-se início a um intenso, e profundo debate buscando não só conceituar o fenômeno, mas também entender a origem e as causas do processo de desindustrialização em curso nos países desenvolvidos. Para tanto, no esteio desse debate destacaram-se autores como Rowthorn e Ramaswamy (1999); Palma (2005); Palma (2008); Tregenna (2008); Tregenna (2009); Chang, (2010) dentre outros.

Nesse ínterim, a partir de meados da década de 80 a economia brasileira vem apresentando queda sistemática da participação da indústria na formação de seu Produto Interno Bruto (PIB), o que de forma idêntica tem chamado a atenção de diversos pesquisadores para a existência de um processo denominado desindustrialização relativa (COMIN, 2009; SILVA, 2012). Entretanto, a partir de 2005 quando da publicação do artigo “A maldição dos recursos naturais” por Bresser-Pereira, no Jornal Folha de São Paulo, o debate brasileiro sobre a desindustrialização se acirrou e ganhou contornos profundos, no ambiente acadêmico e nas esferas de governo e representações de classe.

Nesse sentido, em 2015 completaram-se 10 anos de debate sobre o processo de desindustrialização brasileira, conformando ao longo desse tempo perspectivas bem definidas, mas pouco exploradas sobre as causas e as estratégias a serem adotadas para reverter essa trajetória de perda de participação da indústria na geração de riqueza nacional. Assim posto, o objetivo deste artigo é sistematizar o pensamento sobre a desindustrialização no Brasil a partir de Escolas de Pensamento, e evidenciar os avanços e as limitações nas interpretações esse comportamento da indústria nacional.

Neste sentido, o presente artigo encontra-se dividido em 5 seções, sendo que nesta 1ª. seção faz-se a introdução; na 2ª. seção apresentam-se, de forma sintética, posições de autores em nível internacional sobre a desindustrialização e seus conceitos; na 3ª. seção expõe-se a matriz interpretativa do processo de desindustrialização no Brasil a partir das principais escolas de ensino superior de economia do país; na 4ª. seção traçam-se as principais proposições de política destas escolas de reversão do quadro de desindustrialização brasileiro em curso; e, por fim na 5ª. seção faz-se a conclusão.

## **2. Debate internacional e os conceitos sobre desindustrialização**

Por volta da década de 70 os países desenvolvidos começaram a apresentar queda sistemática da participação da indústria na composição do PIB. Entretanto, somente a partir da divulgação do relatório da *United Nations Conference on Trade and*

*Development* (UNCTAD, 2003) deu-se início a um intenso debate buscando não só conceituar o fenômeno, mas também entender a origem e as causas do processo de desindustrialização em curso nos países desenvolvidos.

Nesse sentido, autores como Rowthorn e Ramaswamy (1999); Rowthorn e Coutts, (2004); Palma, (2005) e Palma (2008), colocam que a desindustrialização pode ser entendida como um fenômeno marcado pela redução sistemática da participação do emprego industrial no emprego total de um determinado país. Em Palma (2005), a desindustrialização é entendida e definida em duas fases, sendo elas, a primeira marcada pela queda em termos relativos do emprego industrial, e posteriormente em termos absolutos ao passo que o setor de serviços passa a ser a fonte principal de absorção de mão de obra. Rowthorn e Ramaswamy (1997) colocam o processo de desindustrialização como um movimento natural da trajetória de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos, não sendo portanto, um fenômeno necessariamente negativo. Entretanto, esse comportamento passa a ser considerado como um processo negativo, a partir do momento em que se observa a ocorrência de desindustrialização em países que não alcançaram estágios elevados de desenvolvimento.

Aprofundando a investigação sobre o fenômeno da desindustrialização, Tregenna (2009) coloca que a desindustrialização é um fenômeno em que não só o emprego industrial, mas também o valor adicionado da indústria se reduzem em relação ao emprego total e do PIB. A partir deste conceito tem-se uma constatação importante, onde “uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e de valor adicionado para uma determinada economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de *quantum*) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização.” (OREIRO e FEIJO, 2010, pg. 221)

Assim, para se compreender e investigar o fenômeno da desindustrialização, necessita-se considerar adicionalmente duas dimensões, a saber: 1) a desindustrialização absoluta; e, 2) a desindustrialização relativa. A desindustrialização absoluta refere-se ao fechamento de unidades industriais, ou a redução do valor real da produção, bem como do valor absoluto do emprego na indústria de transformação total, setorial ou regional (SAMPAIO, 2015).

A desindustrialização relativa, como aponta Feijó et al (2005), pode ser entendida como a perda de importância de segmentos industriais relevantes, e a ruptura de elos em cadeias produtivas sem necessariamente o valor total da produção industrial se alterar.

Nesse sentido, pode-se entender a desindustrialização relativa por meio de três categorias, sendo elas: 1) desindustrialização relativa por aumento do conteúdo importado; 2) desindustrialização relativa por aumento do coeficiente de importação; 3) desindustrialização relativa por aumento do gap tecnológico (SAMPAIO, 2015).

Diante desse panorama teórico, verifica-se a partir de meados da década de 80, a queda sistemática da participação da indústria na formação de seu Produto Interno Bruto. Esta ocorrência tem sido explicada mais como um processo de desindustrialização relativa (COMIN, 2009; SILVA, 2012) que absoluta. Autores como Coutinho (1997), Carneiro (2008), Bresser-Pereira (2009) e Oreiro e Feijó (2010) têm demonstrado a existência de perda de importância relativa do setor industrial no PIB brasileiro, com perdas de elos da cadeia produtiva e redução da capacidade de dinamização da economia como um todo, como expressão da ocorrência de desindustrialização no Brasil.

### **3. Debate nacional sobre desindustrialização<sup>1</sup>**

A queda de participação da indústria no PIB, a partir de meados da década de 80, chamou a atenção de diversos especialistas sobre a possibilidade de estar em curso no Brasil, um processo de desindustrialização. Desde então, o debate passou a tomar conta do ambiente acadêmico, e ao longo do tempo foram-se conformando linhas interpretativas nas principais escolas de economia do Brasil. Apesar disso, raros estudos se dedicaram em sistematizar o pensamento sobre a desindustrialização brasileira em termos de escolas de pensamento, ou matriz interpretativa, que se trata do objetivo deste trabalho.

Para tanto, o critério de classificação dos autores por Escolas de Pensamento foi realizado primeiramente, com base na filiação institucional<sup>2</sup>, e para os não filiados com base na trajetória de formação acadêmica e nas conclusões de seus trabalhos visando encontrar afinidades interpretativas sobre a desindustrialização. Assim sendo, temos a Escola de Campinas cuja interpretação é baseada na concepção Cepalina-Estruturalista, a Escola da Fundação Getúlio Vargas, cuja interpretação está calcada na Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, a Escola da PUC/RJ Casa das Garças, cuja linha interpretativa está baseada em princípio da Economia Ortodoxa, e por fim, a Escola da

---

<sup>1</sup> Importante ressaltar a existência de estudos que não afirmam existir em curso, processo de desindustrialização, como é o caso de Nassif (2006) e Torres e Kupfer (2011) que cautelosamente consideram a desindustrialização como uma ameaça real.

<sup>2</sup> O termo filiação institucional refere-se a qual instituição/departamento de economia o professor pesquisador está lotado.

UFRGS cujo entendimento sobre a desindustrialização está baseado na abordagem Histórico-Institucionalista-Shumpeteriano.

### **3.1 Escola de Campinas – Cepalina-Estruturalista**

A abordagem da Escola de Campinas se enquadra dentro daquilo que podemos chamar de arcabouço heterodoxo de pensamento, fundamentada a partir do estruturalismo latino americano. Deste modo, Cano (2014) pautado nos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, realiza uma análise da desindustrialização em curso nos principais países desenvolvidos, e em alguns subdesenvolvidos com ênfase no Brasil, meio de uma perspectiva histórica, e aponta que enquanto o resto do mundo passava por um profundo processo de transformação e reestruturação industrial, a década de 80, para o Brasil, representou a cessão da trajetória de industrialização. Carneiro (2008) aponta que a década de 80 se mostra peculiar ao Brasil, onde o padrão de crescimento é marcado pelo lado da demanda (consumo e exportações líquidas) com alta volatilidade econômica. A contribuição de Laplane e Sarti (2006) aponta que a crise da dívida nos anos 80, contribuiu para a formulação de uma política econômica centrada na busca de superávits comerciais significativos para enfrentar a retração das fontes externas de financiamento, e estabeleceu a necessidade de contenção de importações e o incentivo às exportações.

No bojo deste processo o Estado perdeu a capacidade de induzir e coordenar investimentos empresariais privados, cujo resultado levou a deterioração não só da infraestrutura tradicional como da infraestrutura em ciência e tecnologia (C&T) (SARTI e HIRATUKA, 2011). Observou-se contínua perda, por parte das empresas públicas, da capacidade de financiamento, bem como o arrefecimento da capacitação tecnológica do setor privado que se enfraqueceu pela ausência de demanda, e pela redução do ritmo de imposição, em termos de normas e padrões técnicos e de qualidade para aquisição de equipamentos e serviços (FERRAZ et al, 1995).

Nesse sentido, ao longo da década de 80 “as empresas reagiram reorientando as estratégias de crescimento para o mercado externo, reduzindo os níveis de endividamento, aumentando o *mark up*, realizando investimentos localizados (nos setores exportadores) e de tipo defensivo (racionalização e modernização da capacidade existente), em detrimento dos investimentos em expansão ou instalação de novas unidades de produção.” (LAPLANE e SARTI, 2006, pg. 275).

Na década de 90 a diretriz econômica é o estímulo a concorrência como elemento essencial capaz de promover a rápida transformação da estrutura produtiva, por meio da

modernização de plantas industriais em razão do barateamento dos bens de capital, e redução da verticalização, na direção de uma alocação de recursos mais afinada com as vantagens comparativas. (CARNEIRO, 2002; CARNEIRO, 2008) Entretanto, para Carneiro (2002), no Brasil o resultado mais marcante da fase neoliberal foi a desnacionalização da economia, capitaneada pelo processo de privatização, em que empresas foram compradas e vendidas em seguida, demonstrando caráter especulativo.

Do ponto de vista da firma, “as empresas reagiram à abertura e à política econômica aprofundando a especialização e a racionalização da capacidade produtiva, com forte redução de emprego. O ajuste foi realizado com baixo investimento, introduzindo mudanças organizacionais e abandonando linhas de produtos. As empresas nacionais procuraram parceiros estrangeiros para estabelecer acordos de complementação de linhas de produtos importados e de prestação de serviços no mercado doméstico.” (LAPLANE e SARTI, 2006, pg. 275)

O resultado para a indústria durante essa fase de abertura comercial implicou em alteração tanto do padrão da concorrência quanto o de financiamento, conduzindo a economia brasileira a uma fragilidade crescente do balanço de pagamentos do setor público, e a uma recorrente defasagem tecnológica em razão da não incorporação dos setores de ponta do novo paradigma. Amplia-se o coeficiente importado para a indústria em geral e, em particular, para o segmento produtor de bens de capital, por conta da abertura comercial, cujo efeito foi o acirramento da concorrência e uma reestruturação dessa indústria com uma parcial atualização tecnológica. (CARNEIRO, 2008)

Desse modo, o quadro geral para o Brasil em fins da década de 90 e início de 2000 foi a obsolescência da capacidade operacional, e de planejamento do sistema de infraestrutura em decorrência de longos anos de estagnação, com desemprego estrutural e desigualdades sociais, que levaram a contração do mercado, com baixos níveis de consumo per capita da grande maioria de produtos industriais. (FERRAZ et al, 1995) Além disso, todas as atividades e rotinas cujo aumento da competitividade não pudesse ser obtido de imediato com a velocidade e a economia de investimento que a economia brasileira em transformação exigia foram abandonadas pelas empresas (CARNEIRO, 2008; LAPLANE E SARTI, 2006). A estrutura industrial passou a ser marcada pela tendência à impossibilidade em incorporar a nova onda tecnológica, marcada pelo uso de material eletrônico e de comunicação, ao passo que as indústrias baseadas em recursos minerais passaram a ganhar cada vez mais espaço (CARNEIRO, 2008).

Portanto, o perfil da produção industrial brasileira passou a sofrer modificações no sentido da especialização em atividades intensivas em recursos naturais, abandono da busca por inovações e com menor exposição à concorrência externa levando a um processo chamado de “especialização regressiva” da produção industrial brasileira. (COUTINHO, 1997; GONÇALVES, 2001; LAPLANE E SARTI, 2006; PRATES, 2006) Enquanto isso, o mundo e principalmente a Ásia, por meio da China, engendrou um processo de desenvolvimento econômico que aproveitou o deslocamento de manufaturas da Europa e Estados Unidos para alavancar seu desenvolvimento industrial que começou por etapas mais simples, até as etapas mais complexas por meio de parcerias entre capital estrangeiro e capital nacional privado ou estatal (SARTI e HIRATUKA, 2011).

Diante desse quadro internacional, e particularmente após 2008, o resultado desse longo processo de deterioração da estrutura industrial nacional, levou a um quadro de desindustrialização, em que Cano (2011; 2012; 2014) aponta ser uma desindustrialização nociva em curso, e que se deve a cinco razões fundamentais, a saber: 1ª) o câmbio excessivamente valorizado que faz com que a indústria nacional perca competitividade internacional perante as indústrias de outros países; 2ª) a abertura econômica desregulada pela qual o Brasil passou, e ainda está passando, iniciada no ainda no governo Sarney em 1989, ampliada no governo Collor em 1990, e aprofundada durante o governo Fernando Henrique Cardoso a partir de 1994, cujo fim das tarifas e demais mecanismos protecionistas foi responsável no desgaste da indústria nacional em relação à concorrência internacional. 3ª) a taxa de juros elevada do país que faz com que o empresário brasileiro compare opções de investimento financeiro com as taxas de lucro advindas da produção, e por consequência, levado o empresariado nacional a investir produtivamente como última opção; e, 4ª) o investimento direto estrangeiro, que quando desmembrado revela que a alocação setorial do investimento está fortemente concentrada em serviços, especialmente no setor financeiro; construção imobiliária, agropecuária; e, mineração.

Este comportamento se deve em grande medida ao deslocamento do IDE, principalmente americano e asiático para a China em busca de trabalho barato, câmbio desvalorizado e ambiente favorável à competitividade. Assim sendo, mantendo-se o atual quadro pode-se observar, conforme expõe Coutinho (1997) a tendência à desindustrialização avançar em três dimensões: i) redução do valor-agregado no país em todas as cadeias industriais complexas; ii) perda de espaços da oferta doméstica de bens finais pela ocupação de parte do mercado por produtos importados; e iii) em alguns casos, a supressão e substituição da produção por importações.

Além de corroborar as colocações dos autores supracitados Comin (2009), e Silva (2012) apontam em seus estudos, que a indústria de transformação brasileira sofreu uma redução generalizada de sua densidade, um esvaziamento de quase todas as cadeias produtivas, rebaixamento do perfil tecnológico, com inserção externa, marcada pela exportação de produtos de baixa intensidade tecnológica, e criticamente condicionada pelo comportamento da taxa real de câmbio. Assim, o Brasil estaria vivendo um amplo processo de desindustrialização parcial e precoce, de forma a atingir de maneira desigual os setores da economia brasileira, afetando, aqueles de maior incorporação no progresso técnico, e mais as regiões com setores industriais mais desenvolvidos. (Sampaio, 2015)

Por fim, importante ressaltar o estudo de Diniz e Campolina (2007)<sup>3</sup> que concluem estar o Brasil em processo de desindustrialização, mas atentam para a dimensão regional desse processo ao considerar que a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) precisa ser avaliada em outra perspectiva, em função desta, apresentar na realidade um processo de reestruturação produtiva na medida em que a expansão do setor de serviços confere dinâmica diferenciada para esta região.

**Figura 1: Escola de Campinas – Cepalina-Estruturalista.**



**Fonte: elaboração própria**

Em síntese, a Escola de Campinas é marcada pelo pensamento crítico em relação às políticas econômicas vigentes, bem como nas análises de conjuntura econômica que pode ser expresso pela Figura 1. O lado direito do diagrama corresponde aos elementos externos e conjunturais, sendo eles o grau de abertura econômica, fruto do período de auge do pensamento neoliberal que marcou os fins da década de 80 e toda década de 90. A questão da presença do Estado é analisada de duas formas a saber: 1) sobre a ótica da abertura e liberalização econômica que propunha o Estado mínimo, e que por

<sup>3</sup> Apesar destes autores estarem filiados ao CEDEPLAR/UFMG, foram aqui incluídos na Escola de Campinas devido à formação Cepalina do autor principal.



consequência levou, conforme propõe a Escola de Campinas, à desorganização dos incentivos à industrialização e perda da capacidade de investimento em infraestrutura e desenvolvimento de ciência e tecnologia; e 2) a necessidade de retomada do Estado como indutor do desenvolvimento por meio do fomento, e coordenação de política de desenvolvimento industrial. Por fim, o elemento relacionado à economia mundial diz respeito tanto ao *boom de commodities*, quanto a crise financeira de após 2008 como elementos que, por um lado permitiram gerar receitas capazes de cobrir o balanço de pagamento no período de alta das importações, e inflar o câmbio, mas por outro foi responsável por promover uma rearticulação dos países avançados e em desenvolvimento, em especial a China, no sentido de ampliar a competitividade dos manufaturados em escala global.

### **3.2 Escola da Fundação Getúlio Vargas -SP – Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento**

Os estudos relacionados desindustrialização da Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP, vêm sendo capitaneados por Bresser Pereira por meio de suas contribuições em macroeconomia e desenvolvimento econômico latino americano, cujo resultado foi a constituição de um novo campo de estudo denominado Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2011)

A Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento tem em seu núcleo duas dimensões básicas: a tendência dos salários crescerem menos do que a produtividade, e a tendência a sobre apreciação cíclica da taxa de câmbio (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2011). Dentro deste último campo de estudo, o problema da desindustrialização tem sido analisado com base em dois pontos, a saber: o problema da doença holandesa, e indiretamente o problema do crescimento com poupança externa (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003; BRESSER PEREIRA e GALA, 2010).

No que tange ao crescimento com poupança externa, Bresser Pereira (2013) aponta que a desindustrialização brasileira e o período de baixo crescimento começaram nos anos 1980, como resultado em parte da crise financeira/crise da dívida externa, consequência esta da política de crescimento com poupança externa que se expressa por meio de déficits em conta corrente, sobre apreciação cambial e endividamento externo.

Aliado a estes três problemas, Bresser e Marconi (2008) colocam que a partir dos anos 90, o Brasil ao optar por dar início ao processo de abertura comercial e financeira,

permitiu a eliminação dos mecanismos<sup>4</sup> capazes de neutralizar a “doença holandesa” que vinham sendo utilizados desde os anos 1930. Entretanto, como o Brasil possui vantagens comparativas na produção de diversas *commodities*, a “doença holandesa” começou a se manifestar de modo lento e gradativo, situação que ocorre em países que se encontram em estágios de evolução industrial mais significativo. Em função do país possuir um parque industrial grande e diversificado, a “doença holandesa” conforme aponta Bresser-Pereira (2008) e Bresser-Pereira e Marconi (2009), resulta em desindustrialização.

Diante desse quadro delicado, a questão da “doença holandesa” passou a ganhar uma atenção maior a partir do artigo intitulado “Maldição dos recursos naturais” de Bresser Pereira (2005), cuja explicação para a apreciação artificial do câmbio advinha da condição estrutural da economia brasileira ligada à maldição dos recursos naturais. Esta escola de pensamento argumenta que o processo desencadeador dessa condição reside na abundância de recursos naturais, que implica na produção de *commodities* a um custo muito baixo, levando ao surgimento de rendas ricardianas, com forte atração de recursos externos. O resultado é a “doença holandesa” que se expressa na sobre apreciação da taxa de câmbio e na inviabilização de investimentos produtivos em setores fabricantes bens comercializáveis com tecnologia elevada. Há portanto, um obstáculo pelo lado da demanda ao inviabilizar investimentos produtivos (BRESSER PEREIRA, 2010; BRESSER PEREIRA e MARCONI, 2009; BRESSER-PEREIRA ET ALL, 2009a).

Ressalta-se que o fenômeno da “doença holandesa” agravou-se entre 2003 e 2007, período este marcado pelo aumento das exportações, devido à elevação dos preços das *commodities* e o aumento expressivo das importações, o que permitiu a manutenção da tendência de crescimento do saldo da balança comercial, apesar deste comportamento se dar alheio à evolução do câmbio (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008).

Nestes termos, a “doença holandesa” é uma grave falha de mercado porque implica na coexistência de duas taxas de câmbio de equilíbrio: a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, que equilibra intertemporalmente a conta corrente do país, e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que é a taxa que viabilizaria a produção no país de outros bens comercializáveis distintos dos que dão origem à “doença holandesa” (BRESSER PEREIRA e MARCONI 2008; BRESSER-PEREIRA ET ALL, 2009a). Em outras palavras, “a desindustrialização causada pela “doença holandesa” está associada a déficits

---

<sup>4</sup> Os referidos mecanismos são a política de controles tarifários, alfandegários e cambiais, que taxava a receita de exportações de *commodities* primárias e desestimulava a importação de produtos manufaturados, resultando no incentivo à sua produção interna.

comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais (crescentes) no setor não industrial.” (OREIRO e FEIJÓ, 2010, pg. 223).

Como o Brasil tem apresentado uma tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio que é mais compatível com o equilíbrio em conta corrente, do que compatível com competitividade industrial, a “doença holandesa” se manifesta por meio do processo de desindustrialização mesmo com a conta corrente equilibrada.<sup>5</sup> (BRESSER PEREIRA, 2010) Portanto, “a desindustrialização é um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo-prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento.” (OREIRO e FEIJÓ, 2010, pg. 224).

Diante deste quadro, Soares, Teixeira e Oreiro (2013) replicam a metodologia de Rowthorn e Ramaswamy (1999) para o período de 1996 a 2008, visando identificar se os determinantes da desindustrialização podem ser encontrados em fatores internos, como o caso dos países desenvolvidos, ou em fatores externos. Apontam que o Brasil depara com desindustrialização relativa, e que o período de maior intensidade correspondeu aos momentos em que a economia brasileira e a mundial passaram por várias crises. Corroboram a leitura de Tregenna (2009) de que as principais fontes de desindustrialização estão ligadas a quedas dos preços relativos e redução da taxa de investimento.

Nassif, Feijó e Araújo (2013) por meio de testes econométricos para o período de 1970 a 2010, constataram a existência de desindustrialização precoce com processo de *falling behind* comparativamente aos países desenvolvidos e emergentes. Os autores, apontam que na última década a elasticidade renda da demanda por importações foi maior que a elasticidade renda da demanda por exportações, de modo que, a restrição no balanço de pagamentos passou a ser fator impeditivo à trajetória de crescimento de longo prazo.

Sonaglio (2013), por sua vez, aponta que entre 1996 e 2008 se observou tendência à reprimarização da pauta de exportações, e estabilidade da participação dos segmentos de média-alta e média baixa tecnologia no total exportado, revelando relação estreita entre o câmbio e a dinâmica industrial, de modo que, movimentos no sentido da apreciação cambial implicam em redução das exportações, sugerindo que a indústria nacional compete internacionalmente via preço.

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que a gravidade da “doença holandesa” se mede pela diferença existente no país entre estas duas taxas de câmbio. BRESSER PEREIRA e MARCONI (2008).

Apesar da questão externa ser um elemento importante para explicar o processo de desindustrialização, da Rocha Loures, Oreiro e Passos (2006) avaliando a desindustrialização em uma perspectiva de política econômica, aponta que desde 1994 a política econômica pode ser definida como uma política de “servidão consentida”, na medida em que se trata de uma combinação perversa de juros altos, taxa de câmbio apreciada, tributação exorbitante, e redução do gasto público em infraestrutura.

Com base no princípio da demanda efetiva, da Rocha Loures, Oreiro e Passos (2006) argumentam que o consumo, tanto interno quanto externo, é a chave para fazer com que a indústria possa apresentar uma taxa de crescimento persistente e autônoma<sup>6</sup>, que só pode ser alcançado por meio da adoção de políticas específicas para três variáveis-chaves: 1) a taxa de crescimento dos salários nominais; 2) a taxa de crescimento da produtividade do trabalho na indústria; e, 3) o nível da taxa de câmbio.

Entretanto, o comportamento da política monetária com seu caráter recessivo, por meio de taxas nominais e reais de juros elevadas por parte do Banco Central, tem contribuído para desacelerar o ritmo de crescimento da produtividade da indústria, e por consequência, a competitividade das exportações manufatureiras, dada a queda do ritmo da produção industrial<sup>7</sup> (DA ROCHA LOURES, OREIRO E PASSOS, 2006).

A síntese desta escola de pensamento pode ser encontrada em Bresser-Pereira e Marconi (2008) de modo que os sintomas da doença holandesa pela qual passa a economia brasileira advém dos seguintes pontos: a) há uma apreciação da taxa de câmbio, em função do aumento das exportações; b) a balança comercial das *commodities*, ou produtos que geram a “doença holandesa”, evoluiu positivamente após 1992, enquanto a dos manufaturados sofreu uma retração no mesmo período; c) a evolução da balança comercial de *commodities* evoluiu de forma desassociada da taxa de câmbio, evidenciando que outros fatores influem no comportamento das vendas e compras externas destes produtos, enquanto a evolução da balança comercial dos manufaturados é fortemente vinculada à da taxa de câmbio, indicando que este setor depende de tal taxa para apresentar resultados positivos no comércio externo; d) os preços e *quantum* das

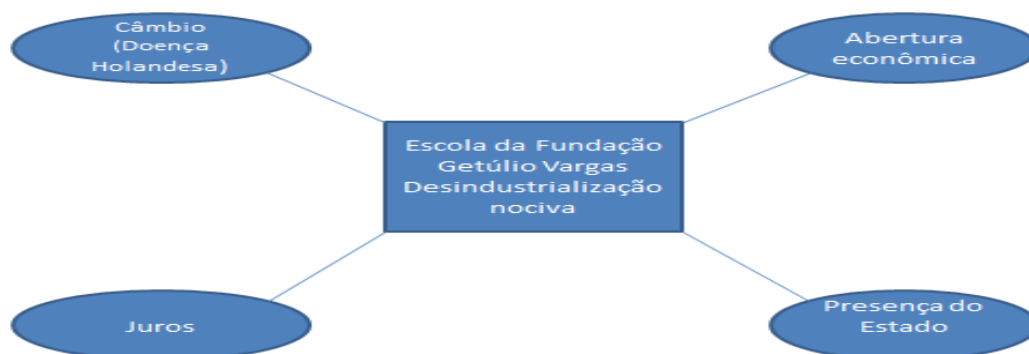
---

<sup>6</sup> O referido autor também considera que a taxa de crescimento das exportações de bens manufaturados depende, por sua vez, de duas variáveis fundamentais, a saber: a taxa de crescimento da renda do resto do mundo e do nível de competitividade da indústria vis-à-vis a suas congêneres no exterior (DA ROCHA LOURES, OREIRO E PASSOS, 2006).

<sup>7</sup> A hipótese do autor é a existência de um círculo vicioso onde o aumento da taxa de juros para coibir pressões inflacionárias gera quedas no ritmo de crescimento da produção industrial, da produtividade e do investimento da indústria, o que perpetua a razão pela qual o Banco Central necessita manter as taxas de juros elevadas (DA ROCHA LOURES, OREIRO E PASSOS, 2006).

exportações de *commodities* cresceram mais que os dos manufaturados; e) houve um aumento da participação das *commodities* no valor adicionado total; e, d) ocorrência de substancial diminuição da participação dos manufaturados comercializáveis.

**Figura 2: Escola da Fundação Getúlio Vargas – Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento**



**Fonte: Elaboração própria**

Assim posto, a Figura 2 esquematiza os principais pontos que sustentam os argumentos da Escola da Fundação Getúlio Vargas. No lado direito, são os elementos, externos que corroboram a atual situação da economia brasileira, e no lado esquerdo correspondem aos fatores internos a estrutura política e econômica do Brasil. A questão da presença do Estado está vinculada a questão da abertura econômica, mas sua importância reside na questão da política cambial e na condução dos juros. Ainda que de forma não explícita, o Estado é chamado a coordenar a política econômica tendo como mote principal a indústria, como motor do crescimento. Nesse sentido, estabelece o vínculo necessário para compreender o lugar da política econômica (fiscal, cambial e creditícia) nas leis de Kaldor (1966): seja, por meio da política fiscal e creditícia de incentivo a demanda, ampliando a produção e da produtividade, seja por meio da política cambial visando mitigar os efeitos sobre o balanço de pagamentos.

### **3.3 Escola da PUC-RJ/Casa das Garças – Abordagem Ortodoxa da Economia**

O debate acerca da existência ou não de desindustrialização no Brasil também é composto pela abordagem ortodoxa. As contribuições desta escola de pensamento têm sido formuladas pelos estudiosos da PUC – RJ / Casa das Garças, e cujo arcabouço argumentativo está estruturado basicamente em quatro dimensões sobre a desindustrialização brasileira, a saber: a dimensão internacional, o problema das

mudanças metodológicas na coleta de dados estatísticos, a fase da sobreindustrialização brasileira, e o problema da poupança interna ou doméstica.

A dimensão internacional é abordada pela ótica dos preços/eficiência na produção das *commodities*, o volume de entrada de capitais, o fraco desempenho da indústria em nível global e o efeito da integração da China e Índia à economia mundial (PUGA, 2007; BONELLI, PESSOA e MATOS, 2013). Nesse sentido, Malan (2013) aponta que o debate sobre a desindustrialização brasileira requer uma análise que possibilite separar o que é relevante, do que não é mais passível de discussão. Afirma que a hipótese de uma tendência de longo prazo ao declínio dos termos de troca entre produtos primários e produtos manufaturados e a “doença holandesa” são questões superadas no debate. Primeiro, os produtos primários incorporaram avanços tecnológicos e inovativos que lhes garantiram um nível de produtividade elevado, cujos preços podem ser superiores aos dos produtos manufaturados (Lazzarini, Jank e Inoue, 2013); e segundo, o Brasil possui uma diversificação de produtos exportáveis que apresentam conteúdo de produtos importados por unidade de produto, ampliando a produção a despeito do coeficiente de penetração da indústria brasileira estar baixo da média mundial (PUGA, 2007; MALAN, 2013).

Na mesma linha, Fishlow (2013) sinaliza que os ganhos de produtividade não se limitam apenas ao setor industrial, mas sim, de uma integração dos setores agrícola, mineral, e de petróleo, de manufaturas e de serviços. Observa que as atuais exportações de *commodities* não são como a dependência histórica do café, mas sua origem reside atualmente na melhoria da eficiência deste setor. As *commodities* não parecem configurar uma maldição para a economia (Lazzarini, Jank e Inoue, 2013).

Nesta perspectiva, Bonelli, Pessoa e Matos (2013) apontam que o fenômeno de perda de peso da indústria na economia inclui três dimensões inter-relacionadas, sendo elas o caráter cíclico do desempenho da indústria em todo o mundo, a entrada da China e da Índia que tem provocado um desequilíbrio no quadro das vantagens comparativas globais com impacto nas indústrias de diversos países, e por fim, na tendência natural de perda de peso da indústria no mundo, como resultado de mudança nos padrões de consumo advindos do crescimento econômico.

De fato, conforme relatório da Unido (2013) a China passou de 19,9% em 1992, para 50% em 2012 no que tange ao acréscimo no valor adicionado industrial, enquanto o Brasil no mesmo período regride de 10,5% para 4,9% respectivamente.<sup>8</sup> Em virtude dessa

---

<sup>8</sup> Para mais detalhes ver: Industrial Development Report 2013. Pg. 172.

nova configuração, diversos países têm se preocupado com o desempenho da indústria, principalmente após a crise de 2008, cujo desempenho em 2011 ainda corresponde ao de três anos atrás (BONELLI e PINHEIRO; 2012).

Para, além disso, Bacha (2013) expõe que uma das razões para a queda da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro, pode ser consequência da bonança externa de que o Brasil desfrutou no período de 2005 a 2011. Nestes termos, a indústria padeceu da chamada “doença holandesa” causada pela valorização da taxa de câmbio real e impulsionada pela melhoria das relações de troca, e o aumento da transferência de recursos financeiros do exterior. Em linha, Pastore, Gazzano e Pinotti (2013) colocam que a letargia industrial, a partir de 2010, foi agravada pela forma como o governo reagiu a crise. Em condição de quase pleno emprego a elevação dos salários reais acima da produtividade média do trabalho, que restringiu a ampliação da capacidade instalada na indústria, e a expansão do crédito levaram a um aumento do consumo. Isto ampliou a absorção, com deslocamento para o aumento das importações líquidas, cujo resultado nas contas externas não foi deficitário em razão dos preços favoráveis das *commodities* advindos da bonança externa. (Pastore, Gazzano e Pinotti, 2013)

Por sua vez, a bonança externa ajudou a promover o deslocamento de mão de obra do setor industrial para o setor de serviços, contribuindo assim, para o processo de desindustrialização (BACHA, 2013). Entretanto, apesar da gravidade do processo em curso, Bacha e Bonelli (2005) concluem que a desindustrialização brasileira se limita ao período pós década de 90, fruto de fatores exógenos como a crise mexicana e russa, e que preocupações referentes a esse processo só deveriam ocorrer, se a taxa de crescimento da produção industrial fosse persistentemente baixa no médio prazo.

No que se refere à questão metodológica, Barros e Pereira (2008) negam a forma como tem sido empregado o conceito de desindustrialização e afirmam que a forma de análise mais adequada ao caso brasileiro, é considerar a existência de uma reestruturação produtiva. Os autores consideram que o erro se deve à forma como se analisa o setor de serviços, que segundo a classificação CNAE, congrega desde serviços cujo foco é o atendimento às necessidades pessoais, quanto os serviços vinculados à indústria. Corroborando a questão metodológica, Bonelli e Pessoa (2013) apontam que ao se fazer uma análise mais detalhada da trajetória da participação da Indústria de Transformação no PIB de 1947 a 2008, observa-se que as grandes quedas da fatia do produto industrial estão relacionadas aos períodos de mudanças de metodologia no cálculo do PIB.

Os autores argumentam que quando se analisa a evolução a preços correntes, como é o caso da formação bruta de capital fixo, nota-se que o peso da indústria diminuiu desde meados da década de 1980, mas quando a análise é feita a preços constantes, a queda além de ser bem menor, começa uma década antes. Nesse sentido, os cálculos realizados a preços constantes, parecem ser os mais adequados para se avaliar o comportamento da indústria de transformação brasileira (Bonelli e Pessoa, 2010; Binelli e Pessoa (2013); Pastore, Gazzano e Pinotti, 2013). Por fim, Bonelli, Pessoa e Matos, (2013) ressaltam a importância de se levar em conta as mudanças metodológicas das fontes dos dados, que podem implicar no risco de análises errôneas, e corrobora a proposição de que a forma mais correta de avaliar a existência de desindustrialização é pela medição a preços constantes, o que tem evidenciado que as quedas de participação da indústria no PIB sugerem ser menores do que se pensava.

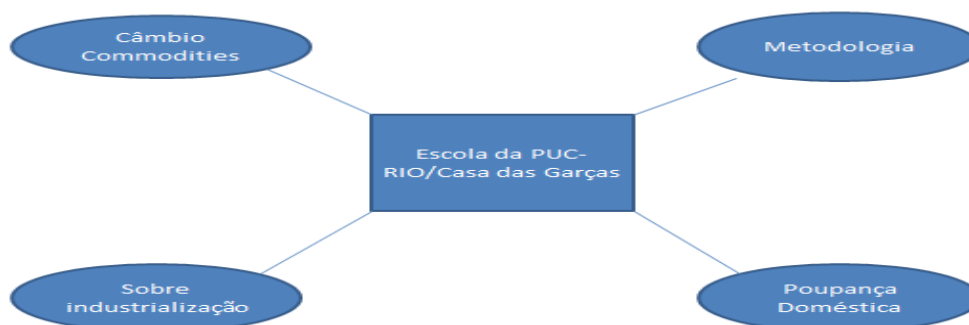
A questão da sobreindustrialização brasileira tem sido ponto de grande crítica aos ortodoxos. Para Bonelli e Pessoa (2010) e Bonelli, Pessoa e Matos (2013) o processo de desindustrialização brasileira é natural, e se enquadra no movimento global dos países desenvolvidos no sentido de convergir para o nível ideal. Avaliando 170 países em um período de 40 anos, os referidos autores constataram que o Brasil sofre de “doença soviética”, entendida como uma indústria muito acima do padrão internacional quando se considera o grau de desenvolvimento, população, tecnologia, dotação de recursos naturais. Nesse sentido, após a liberalização econômica, a participação da indústria no PIB volta ao ponto de normalidade condizente com a condição brasileira, implicando portanto, que a desindustrialização não seja necessariamente um problema para a economia brasileira, mas talvez até mesmo um processo desejável. (Berriel, Bonomo e Carvalho (2013); Bonelli, Pessoa e Matos, 2013; Bonelli e Pessoa, 2010)

Por fim, o problema da poupança doméstica é aventado por Bacha (2005) e Bonelli e Pessoa (2010) cuja expressão se dá por meio do câmbio valorizado, e se manifesta por meio do processo de desindustrialização. Em Bonelli e Pessoa (2010) encontramos um argumento hipotético e esquemático em que por meio da existência de dois bens, comercializáveis e domésticos, e com uma política econômica de fomento da elevação da poupança doméstica, observar-se uma queda da demanda por ambos os bens. Deste modo, o excesso de oferta pelo bem doméstico, somente poderá ser eliminado por meio de uma redução do preço relativo do próprio bem doméstico em unidades de bens comercializáveis. Como resultado, ocorre uma desvalorização cambial, com ajuste estrutural da economia, que reverteria o processo de desindustrialização brasileira.



Entretanto, Pastore, Gazzano e Pinotti, (2013) apontam que a mudança em 2012 do regime cambial para um regime de bandas estreitas de flutuação, como forma de recomposição da competitividade industrial, por meio do câmbio sem a adoção de políticas de austeridade fiscal e monetária para garantir a transmissão da depreciação do câmbio nominal para o câmbio real gerou um processo inflacionário e o desequilíbrio na economia. Diante deste quadro e do ciclo de queda dos preços das commodities o governo central põe em marcha, uma série de políticas anticíclicas que estimulam o consumo das famílias, e por consequência, a queda da poupança interna, e o aumento do custo unitário do trabalho, cujo impacto é a redução dos lucros retidos das empresas produtoras de bens *tradables*, e a carência de investimentos estimulando dessa forma o processo de desindustrialização (Pastore, Gazzano e Pinotti, 2013).

**Figura 3: Escola da PUC-RJ/Casa das Garças – Abordagem Ortodoxa da Economia**



**Fonte: Elaboração própria.**

Desta forma, a Figura 3, sintetiza o pensamento ortodoxo capitaneado pela PUC-Rio/Casa das Garças sobre o processo de desindustrialização em curso na economia brasileira. Em síntese, como pode ser observado pelo diagrama 3, o pensamento ortodoxo capitaneado pela PUC-Rio/Casa das Garças considera a desindustrialização como não problemático à economia nacional, no sentido de que a desindustrialização é natural, e faz parte da dinâmica de ajustamento global das economias em todo o mundo. A presença do Estado como indutor do desenvolvimento é desnecessária na medida em que sua intervenção na economia provoca uma série de distúrbios que agudizam os desequilíbrios provocados pela sua própria atuação. Integrar o Brasil às cadeias globais é essencial dado que fechar a economia como forma de proteção à indústria é um erro de política econômica que acelera a deterioração da indústria, inviabiliza a adoção de novas formas

produtivas e mantém o Brasil às médias dos níveis de industrialização dos países com as mesmas características sócio econômico brasileiras.

### **3.4 Escola da UFRGS – Histórico-Institucionalista-Shumpeteriana**

Nesta escola, reúnem-se os estudiosos que procuraram investigar a desindustrialização brasileira por meio de abordagens teóricas não tradicionais do escopo de análise econômico. Considerando elementos históricos e teórico econômicos, Arend (2009) investiga a trajetória de industrialização brasileira pós-1955 a partir de uma abordagem de economia evolucionária. Contando com elementos neoshumpeterianos, mas balizados pelas propostas de *path dependence* e efeito *locked in*, o autor aponta que o crescimento econômico brasileiro foi resultado, grande parte, do movimento de expansão do capital internacional característico da fase de maturidade da quarta revolução tecnológica do que fatores endógenos à economia brasileira.

Complementarmente, a opção desenvolvimentista internacionalista promovida por JK, engendrou na trajetória de desenvolvimento brasileiro a dependência tecnológica e financeira cujos resultados se veria na década de 80. Nesse sentido, a reduzida participação dos setores difusores de tecnologia da quinta revolução tecnológica na industrial de transformação, bem como a dependência por transferências tecnológicas, modelo este adotado antes de 1980, exerce influência na debilidade de mudança industrial e no insuficiente dinamismo econômico do Brasil, configurando portanto um processo de *falling behind* nos últimos 25 anos (AREND, 2009; AREND e FONSECA, 2012).

Mais recentemente, Arend (2014) analisando o lugar do Brasil no processo de transformação industrial mundial, aponta que a estrutura industrial brasileira vem apresentando relativa rigidez e heterogeneidade com tendência ao aprofundamento de sua especialização produtiva em detrimento de setores mais dinâmicos. Tal quadro se expressa não apenas na conjuntura atual, mas desde a década de 1980 em relação ao mundo, à América Latina, às economias desenvolvidas e às economias em desenvolvimento, e também, em relação à África e à Oceania em desenvolvimento. Mais grave ainda, é o período pós 2008, em que a presença da China na América Latina tem levado à integração deste continente no comércio internacional como produtor de *commodities*, ao mesmo tempo que tem imposto aos países latinos com indústrias de transformação mais robustas e diversificadas, uma concorrência agressiva com perda de dinamismo nas exportações de seus produtos manufaturados, como é o caso do Brasil (CUNHA, LELIS e BICHARA, 2012; CUNHA, LELIS E FLIGENSPAN 2013).

Feijó e Oliveira (2013) também apontam que as dificuldades na indústria brasileira têm suas raízes no processo de desenvolvimento dos últimos vinte anos, marcada pela direção no sentido de diminuir o peso relativo de setores intensivos em tecnologia. Em decorrência disso pode-se observar duas consequências, a saber: 1) em função de uma manufatura menos densa em termos de elos da cadeia produtivas faz com que parte dos estímulos de demanda agregada sejam transferidos para o exterior, dado que a oferta é atendida por bens e serviços importados; e, 2) enfraquecimento das ligações dos setores industriais com demais setores da economia. Os dois pontos citados trazem nas entrelinhas o risco de, dada a fragilidade dos elos produtivos, políticas de incentivo à produção podem ter alcance limitado, e por consequência, estratégias de desenvolvimento econômico tornam-se mais difíceis de serem implantadas e implementadas.

**Figura 4: Escola da UFRGS – Histórico-Institucionalista-Shumpeteriana**



**Fonte: Elaboração própria**

Por fim, cabe ressaltar o realizado por Schapiro (2013), em que por meio de elementos da economia institucional, o autor traça um panorama da atuação do Estado e os arranjos político-institucionais vigentes na prática de política industrial, principalmente no que se refere ao Plano Brasil Maior. O autor conclui que a maior parte das ações do Estado brasileiro, apesar de terem em vista a transformação industrial, tem se caracterizado por viés corretivo – ricardiano – ao contrário de um viés transformador do estado da arte, ou também chamado shumpeteriano. As razões disso decorrem em grande medida das debilidades institucionais verificadas tanto na dimensão técnico-administrativa, na dimensão política, como na dificuldade de coordenar esforços entre setor privado e o setor público, gerando o que se pode chamar de *cacofonia decisória*, ou seja, uma política industrial oca com representantes de diversos ministérios, mas sem centralidade decisória formal e material (SCHAPIRO, 2013).

Desta forma, a Figura 4 sintetiza o pensamento desta escola de pensamento. Neste contexto, engloba formas de análise que vão além do uso de variáveis tradicionalmente alvo de política econômica. Resgata a dimensão histórica e a importância das decisões de estratégia de desenvolvimento como elemento importante para entender o quadro de desindustrialização atual e as possibilidades de sua superação, como pode ser visto pelo diagrama quatro abaixo. Além disso, a questão institucional é colocada em debate como um elemento importante para entender a forma como o Estado age, e suas limitações no processo de coordenação de ações que visem reverter o quadro de desindustrialização em curso. Tratam-se de elementos nem sempre quantificáveis e passíveis de ação deliberada de instrumental e política econômica e que na maioria das vezes exercem papel central no sucesso ou fracasso no sentido de agir em prol da indústria nacional.

#### **4. Propostas de Política Econômica e de Reversão da Desindustrialização**

##### **4.1 Escola de Campinas**

Apesar de ainda fragmentada e com menor inserção acadêmica, a escola de Campinas tem procurado estimular o debate sobre as qualidades do modelo de política econômica do tipo “Social Desenvolvimentista” como forma reversão do quadro atual em que se encontra a economia brasileira. Este, trata-se de um modelo em que as políticas de redistribuição de renda, e de aumento real do salário mínimo, aliado a uma forte expansão do crédito bancário, são responsáveis por estimular o crescimento dos gastos de consumo, levaria os empresários a aumentarem os gastos de investimento e implicando no aumento simultâneo da capacidade produtiva e da produtividade do trabalho.” (OREIRO, 2013). Conforme sintetiza Bielschowsky (2001) *apud* Carneiro (2012), trata-se de uma estratégia de crescimento baseada na ampliação e generalização do consumo de massa. Estudos tem considerado que o Social Desenvolvimentismo tem sua origem por volta de 2002/2003, porém é colocado em prática com mais intensidade a partir de 2005 se assemelhando muito ao regime *wage-led* (BASTOS, 2012; MELLO, 2009; OREIRO, 2015)

Entretanto, a viabilidade deste regime tem sido questionada, dado que no longo prazo torna-se insustentável a sistemática flexibilização fiscal e ampliação das políticas sociais com crescimento do salário real acima da produtividade como a variável condutora do processo de crescimento econômico (BASTOS, 2012). Em postura crítica, Oreiro (2015) chama esta política econômica de um *trade-off* entre competitividade externa e estabilidade da taxa de inflação, vindo a denominar o referido regime como “desenvolvimentismo inconsistente”.

## **4.2 Escola da FGV-SP**

A Escola da FGV-SP, por meio dos trabalhos de Bresser-Pereira (2006, 2007, 2009), propõe como solução o “Novo Desenvolvimentismo”, que é definido como um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam alcançar o nível de renda *per capita* dos países desenvolvidos, sendo que para tanto, a estratégia para alcançar este objetivo baseia-se na adoção de um regime de crescimento do tipo *export-led* (OREIRO, 2015).

Nesse sentido, faz-se necessário uma política cambial ativa, mantendo a taxa de câmbio em níveis competitivos no médio e longo prazo, bem como uma política salarial que promova a moderação salarial, ao vincular o aumento dos salários reais ao crescimento da produtividade do trabalho. Em outros termos, deve-se colocar o mercado externo à disposição das empresas nacionais. Nestes termos, uma taxa de câmbio competitiva estimula os investimentos orientados para a exportação e aumenta correspondentemente a poupança interna. Portanto, quando o nível da taxa de câmbio corresponde ao “equilíbrio industrial”, toda a imensa demanda externa é aberta para as empresas efetivamente competentes. (BRESSER E GALA, 2010)

Por outro lado, a crítica ao “Novo Desenvolvimentismo”, reside no fato de que apesar de trazer elementos importantes como a fragilidade do departamento de meios de produção, e da fraca burguesia nacional, quando da análise do Velho desenvolvimentismo, seus propositores são superficiais quando analisam as tentativas de desenvolvimento do II PND, e quando tentam explicar a razão de países como a China, sem empresariado privado forte, terem galgado estágios mais avançados de desenvolvimento (CARNEIRO, 2008).

## **4.3 Escola da PUC/RJ- Casa das Garças**

Esta escola de pensamento tem apontado a necessidade do Brasil promover uma série de reformas econômicas pró-mercado. Bacha e De Bolle (2013) apontam que o essencial na discussão sobre a economia brasileira, não seria a questão da desindustrialização em si, mas sim, a necessidade de concentrar esforços no sentido de reconfigurar a estrutura econômica brasileira, objetivando ampliar a abertura econômica, com integração da indústria nacional aos mercados globais e suas cadeias de valor. Uma solução reside na adoção de uma política de integração gradual às cadeias globais de valor por meio da ampliação do número de Assinaturas de Acordos de Preferência Comerciais (APCs) como forma de inserção internacional. Além disso, propõem a reforma fiscal, e

substituição de tarifas por câmbio visando reverter a sequência de “Pibinhos”, o que permitiria ao país fugir da armadilha de renda média (BACHA, 2013).

#### **4.4 Escola da UFRGS**

Apesar de ainda insipiente, é possível traçar alguns elementos que configuram um esboço de proposta de ações e políticas de reversão do quadro de desindustrialização em curso na economia brasileira. Como apontado por Shapiro (2013) o desafio é a construção de um desenho institucional efetivo e legítimo que favoreça o processo de tomada de decisão, em temas de política industrial passam na democracia ser também problemas de ciência política e de direito administrativo. Há necessidade de reformas institucionais como tributária e aquelas ligadas ao “Custo Brasil” cuja não resolução contamina espaços decisórios e pautas que seriam dedicados exclusivamente à política industrial.

Igualmente, Cunha, Lelis e Bichara, (2012); Cunha, Lelis e Fligenspan (2013) apontam para a necessidade de políticas industriais mais robustas, com foco na inovação tecnológica e ampliação dos coeficientes de exportação, associada à modernização da infraestrutura e redução das distorções macroeconômicas tais causadas pelas taxas de câmbio e juros, inapropriadas para a indústria nacional.

Por fim, a palavra síntese desta escola de pensamento pode ser compreendida em Arend (2009) e Arend e Fonseca (2012), e se trata da necessidade do Brasil desenvolver uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Esta estratégia considera o desenvolvimentismo como elemento importante para construir o “interesse nacional”, visto como um conjunto de valores que da mesma forma como nos governos dos países líderes, existe a consciência dos limites do capital externo como impulsionador do desenvolvimento no longo prazo (AREND, 2009).

#### **5. Conclusão**

O debate sobre a desindustrialização tem sido intenso e amplo, conformando uma matriz de pensamento capaz de entender o problema da indústria nacional em várias dimensões. Do ponto de vista da Escola de Campinas, as causas da desindustrialização brasileira residem na forma de condução da política econômica após meados da década de 80. A adoção do neo-liberalismo como forma de condução da política econômica e o enfraquecimento do Estado é central para entender o processo de deterioração da estrutura produtiva em um momento em que a economia mundial passava por um processo de mudança do paradigma produtivo.

A Escola da FGV-SP apesar de reconhecer em parte os determinantes da desindustrialização apontados pela Escola de Campinas, considera o câmbio como central para entender o agravamento do processo de desindustrialização da economia brasileira. A concepção de uma taxa de câmbio ótima para a indústria é o elemento central e condição *sine qua non* para a formulação de uma política industrial capaz de reverter o quadro de “doença holandesa” por que passa o Brasil.

A Escola da PUC/RJ –Casa das Garças apresenta uma visão mais ortodoxa, e considera que apesar de estar havendo um processo de desindustrialização em curso, esta trata-se de um comportamento natural, em função do passado brasileiro ser marcado pelo excesso de industrialização. Ponto de destaque desta Escola é a necessidade de menor intervenção Estatal no que se refere a política econômica, e a importância do mercado como elemento essencial para reativar a industrial e a economia brasileira.

Por fim, as interpretações da Escola da UFRGS transcendem a dimensão meramente econômica, ao considerar essencial não só a história, mas também as instituições como elementos decisivos para entender os avanços e retrocessos em termos de política econômica. Estas abordagens avançam na compreensão da trajetória industrial brasileira ao considerar aspectos muitas vezes não imediatamente visíveis, mas que em grande medida são determinantes na elaboração da estratégia nacional de desenvolvimento.

### Referências bibliográficas

AREND, M. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. In: IPEA. Presente e Futuro: desafios ao desenvolvimentismo brasileiro. IPEA, 2014.

AREND, M. **Anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. Porto Alegre: 2009. 50 Tese de Doutorado Tese (Doutorado)–Faculdade de Ciências Econômicas–Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

AREND, M. · FONSECA, P. C. D. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 33-54, 2012.

RACHA, E. I. · RONEILLI, R. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de economia política**, v. 25, n. 3, p. 163-189, 2005.

RACHA, E. Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial. **A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo**, p. 106, 2013.

BARROS, O. de · PEREIRA, R. R. Desmistificando a tese da desindustrialização: reestruturação da indústria brasileira em uma época de transformações globais. **Brasil globalizado**, 2008.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Econ. soc.**, Campinas, v. 21, n. spe, Dec. 2012.

BERRIEL, T. · BONOMO, M. · CARVALHO, C. Diversificação da economia e desindustrialização. **O Futuro da Indústria no Brasil: Desindustrialização em Debate, Civilização Brasileira**, 2013.

BIELSCHOWSKY, R. Anotações sobre a estratégia de crescimento pelo mercado interno de consumo popular e o programa do PT para 2003-2006. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001.

BONEI, I. R. e PINHEIRO, A. C. "Competitividade e desempenho industrial: mais que só câmbio." *XXIV Fórum Nacional Rumo ao Brasil Desenvolvido* (2012).

BONEI, I. Revis: PESSOA, Samuel de Abreu. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. 2010.

BONEI, I. Revis: PESSOA, Samuel; MATOS, Silvia. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, p. 201-225, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe Doença Holandesa no Brasil? IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas. 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos and Nelson Marconi. "Doença holandesa e desindustrialização." *Valor Econômico* 25 (2009).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Maldição dos recursos naturais. **Folha de S. Paulo**, v. 6, n. 06, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The value of the exchange rate and the Dutch disease. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, p. 371-387, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil?. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, p. 305-314, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GAI, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4, p. 663-686, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. A doença holandesa. **Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier**, p. 141-171, 2009a.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Crescimento econômico com poupança externa?. **Revista de economia política**, v. 23, n. 2, p. 3-27, 2003.

CAMPOI, A. DINIZ, C.; CAMPOI, A. R. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. **EURE (Santiago)**, v. 33, n. 98, p. 27-43, 2007.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil: texto para discussão. **Campinas: Instituto de Economia/Unicamp**, n. 200, 2012.

CANO, Wilson. industrialização e (Sub) desenvolvimento. **Cadernos de Desenvolvimento, CICEF, Rio de Janeiro**, v. 9, n. 15, p. 139-175, 2014.

CANO, Wilson. Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento. **Revista Faac**, v. 1, n. 2, p. 155-164, 2011.

CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. **Textos para Discussão**, Campinas: IE/UNICAMP, n. 153, nov. 2008.

CARNEIRO, Ricardo. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 749-778, 2012.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. Unesp, 2002.

CHANG, H-J. (2010). 23 Things They Don't Tell You About Capitalism. Allen Lane, London.

COMIM, A. **A desindustrialização truncada:: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro**. 2009. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. **Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio**, p. 84-115, 1997.



CIUNHA, André Moreira; IÉLIS, Marcos Tadeu Canuti; RICHARA, Inilmar da Silva. Brazil as a mirror of China: new trends after the global financial crisis. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 16, n. 2, p. 208-236, 2012.

CIUNHA, André Moreira; IÉLIS, Marcos Tadeu Canuti; FLIGENSPAN, Flavio Renevett. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, p. 463-485, 2013.

DA ROCHA LOURES, Rodrigo Costa; OREIRO, José Luis; PASSOS, Carlos Artur Krieger. Desindustrialização: a crônica da servidão consentida. **Economia & Tecnologia**, 2006.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. GM; ALMEIDA, J. SG. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil. **São Paulo: IEDI**, 2005.

FEIJÓ, C.; OLIVEIRA, D. “Mudanças estruturais na economia brasileira e seus impactos sobre a evolução da produtividade na indústria de transformação pós- 1990” In: AZEVEDO, A.F; FEIJÓ, C; CORONEL, D.A. (orgs). *A Desindustrialização Brasileira*. Editora Unisinos, São Leopoldo. 2013.

FERRAZ, I. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, I. Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria. **Rio de Janeiro: Campus**, p. 386, 1995.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações: 40 anos depois. **O Futuro da Indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, p. 23-44, 2013.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GONÇALVES, R., Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 5, Edição Especial. 2001.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom**. Cambridge University Press. 1966.

LAMONICA, M.T.; FEIJÓ, C. A. Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria brasileira. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. **Texto para Discussão 265**. ISSN 1519-4612. 2010.

LAPI ANE, M.; SARTI, F. Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. **Política Econômica em Foco**, n. 7, p. 271-291, 2006.

LAZZARINI, Sergio G.; LANK, Marcos Sawaya; INOUE, CEK. Commodities no Brasil: maldição ou bênção. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, p. 201-225, 2013.

MALAN, P. Prefácio. In.: BACHA, E.; DE BOLLE, M. B. (org). **O Futuro da indústria no Brasil: a desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.

MEILLO, Eduardo Brissoldi de. **A nova política externa independente: o governo Lula e a inserção externa brasileira no século XXI** 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NASSIF, A.; FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. “O debate sobre a desindustrialização precoce no Brasil: estamos avançando ou regredindo em relação aos países desenvolvidos” In:

OREIRO, José Luis da Costa. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 75, Aug. 2012.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de economia política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PALMA, José Gabriel (2005). *Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”*. Trabalho apresentado na **Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento**, organizada pela FIESP e IEDI. Centro Cultural da FIESP, 28 de Agosto de 2005.

PALMA, José Gabriel (2008). “De-industrialization”, “premature” de-industrialization and the Dutch Disease. In: Durlauf, S. N.; Blume, L. E. (org.), *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Second Edition. Palgrave Macmillan.

PASTORE, A. GAZZANO, M. PINOTTI. Por que a produção industrial não cresce desde 2010. In: BACHA, E. BOLLE, M. O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 121- 156, 2013.

PÉREZ, Carlota **Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza**. Siglo XXI, 2004.

PESSOTI, B. C; PESSOTI, G. C. A indissociável relação entre indústria, desenvolvimento econômico e políticas industriais no Brasil. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XI \_ Nº 19, Janeiro de 2009 Salvador, BA. 2009.

PRATES, D. M., A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. Política Econômica em Foco, n. 7, seção IV, nov.2005/abr.2006. Campinas: NEIT/IE/UNICAMP. 2006.

PUGA, F. P. Aumento das importações não gerou desindustrialização. Visão do Desenvolvimento, Brasília, n. 26, BNDES, mar. 2007.

ROWTHORN, R. e COUTTS, K. Commentary: Deindustrialisation and the balance of payments in advanced economies. Cambridge Journal of Economics. vol. 28, no. 5, 767–790. 2004.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Deindustrialization**: causes and implications. International Monetary Fund, Staff Studies for the Economic Outlook, pp.61-77, December, 1997.

ROWTHORN R · RAMASWAMY, R. Growth, trade, and deindustrialization. **IMF Staff papers**, p. 18-41, 1999.

SAMPAIO D P Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil 2009 256 f Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SARTI F · HIRATIKA C Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. **Campinas: IE. Unicamp**, 2011.

SCHAPIRO Mario G Ativismo estatal e industrialismo defensivo: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira. 2013.

SILVA, H. C. O processo de desindustrialização: uma avaliação sob a perspectiva da economia brasileira (1990-2010) 157 f Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SOARES, C; TEIXEIRA, A; OREIRO, J.L. Uma Análise Empírica dos Determinantes da Desindustrialização no Caso Brasileiro In: AZEVEDO, A.F; FEIJO, C; CORONEL, D.A. (orgs). A Desindustrialização Brasileira. Editora Unisinos, São Leopoldo. 2013.

SONAGLIO, C.M. “Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel” In: AZEVEDO, A.F; FEIJO, C; CORONEL, D.A. (orgs). A Desindustrialização Brasileira. Editora Unisinos, São Leopoldo. 2013.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999. 242p.

THIRWALL, A.P. **The nature of economic growth**.Edward Elgar: Aldershot. 2002

TREGENNA, F. (2008). Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. Cambridge Journal of Economics, 33 433– 466

TREGENNA Fiona Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, p. 433-466, 2009.

UNCTAD. World Development Report. Genebra, 2003.

UNIDO. Industrial Development Report. Vienna: UNIDO, 2013. Disponível em: [www.unido.org](http://www.unido.org).